MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

Agosto/2012

Concurso Público para provimento de vagas de

Técnico Ministerial
Área Auxiliar Administrativo

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'M13', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

A carta, essa personagem central dos últimos séculos, foi solapada pelo e-mail e sumiu sem que nos déssemos conta, sem que pudéssemos velá-la ou guardar luto. Partiu da vida para entrar na história e não deixou, vejam só, sequer uma carta de despedida.

Claro que ainda nos chegam envelopes por baixo da porta, mas não passam de tristes arremedos das gloriosas folhas de papel que outrora relataram o descobrimento de continentes, alimentaram amores impossíveis, aproximaram amigos distantes; ringues nos quais travaram-se as mais apaixonadas pelejas intelectuais.

Quem mais perdeu com a morte da carta não foi a amizade, meus caros, não foi o amor nem a profundidade: o grande órfão do declínio postal foi o carteiro, esse distinto profissional que em sua época áurea era um pouco enfermeiro, bombeiro, cupido, trazendo em sua bolsa verde a preciosa literatura cotidiana.

Havia uma ingenuidade na figura do carteiro, algo que pertencia essencialmente ao século XX e que não cabe no XXI: um homem a pé ou de bicicleta que vinha entregar à mão um bilhete escrito também à mão. Tudo isso se foi com um clique. Para o nosso bem, é verdade, mas se foi; era bonito e deve, portanto, ser lembrado.

(Adaptado de Antonio Prata. **Folha de S.Paulo**, 06/06/2012)

1. Leia atentamente as afirmações abaixo.

   I. Com o surgimento de novos meios de comunicação, a sociedade contemporânea deixou para trás o hábito de escrever cartas à mão, o que, segundo o autor do texto, representou uma grande perda para a qualidade dos relacionamentos interpessoais.

   II. Para o autor, a inocência e a importância da imagem do carteiro se extinguiram juntamente com o fim da carta escrita à mão.

   III. Ao descrever as extintas cartas escritas à mão como *gloriosas folhas de papel*, o autor tem a intenção de enaltecê-las.

   Está correto o que se afirma APENAS em:

   (A) I.

   (B) I e III.

   (C) II e III.

   (D) II.

   (E) I e II.

2. A frase redigida com correção e lógica está em:

   (A) As cartas convencionais que são transportadas fisicamente, enquanto os *e-mails* através da internet é transmitido virtualmente.

   (B) Os provedores de acesso à internet, que fica conectado 24 horas por dia, são responsáveis pelo envio da mensagem até o destinatário final.

   (C) Até que alguém pegue uma carta convencional, onde o carteiro deixou na caixa de correio, elas ficam vulneráveis e sujeitas a avarias.

   (D) A vantagem dos *e-mails* é a velocidade, pois o receptor recebe as mensagens imediatamente, enquanto no correio tradicional o receptor só as recebem dias depois.

   (E) Ainda hoje há aqueles que acreditam que uma carta transmite sentimentos com mais veracidade e poesia do que um *e-mail.*

3. *A carta, essa personagem central dos últimos séculos, foi solapada pelo e-mail*...

   A frase acima está corretamente transposta para a voz **ativa** em:

   (A) A carta, essa personagem central dos últimos séculos, solapa o *e-mail.*

   (B) O *e-mail,* essa personagem central dos últimos séculos, a carta solapou-o.

   (C) O *e-mail* solapou a carta, essa personagem central dos últimos séculos.

   (D) O *e-mail* solapara essa personagem central dos últimos séculos, a carta.

   (E) A carta, essa personagem central dos últimos séculos, solaparia o *e-mail*.

4. *... relataram <u>o descobrimento de continentes</u>, alimentaram <u>amores impossíveis</u>...*

   Os elementos grifados estão corretamente substituídos por pronomes em:

   (A) relataram-no – alimentaram-nos

   (B) relataram-no – alimentaram-lhes

   (C) o relataram – alimentaram-os

   (D) os relataram – lhes alimentaram

   (E) relataram-lhe – os alimentaram

5. Considerando-se o contexto, o significado das palavras abaixo está INCORRETO em:

   (A) *pelejas* = defesas apaixonadas

   (B) *áurea* = primorosa

   (C) *arremedos* = cópias malfeitas

   (D) *profundidade* = quimera

   (E) *outrora* = em tempos passados

6. *Devido ..... rapidez das mensagens eletrônicas e ao excesso de informações transmitidas por e-mail, é comum depararmos com demonstrações de afeto em meio ..... outros assuntos, o que diminui nossa sensibilidade ..... tais atenções*.

(Adaptado de **http://infnetmidiasdigitais.wordpress.com/2011/01/05/a-evolucao-da-midia-da-carta-escrita-ao-e-mail-informatizado**)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à - à - a

(B) a - à - a

(C) à - a - a

(D) a - à - à

(E) à - à - à

7. *Uma longa carta que ..... três semanas para chegar da Europa não ..... todos os encontros que nos ..... o e-mail em uma única tarde.*

(Antonio Prata, *op.cit*)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) levou - supera - proporciona

(B) leva - superam - proporcionava

(C) levaram - supera - proporcionam

(D) levara - superarão - proporcionariam

(E) levariam - superaria - proporcionará

8. *Todas as cartas de amor são*
Ridículas
Não seriam cartas de amor
<u>Se não fossem</u>
<u>Ridículas</u>.

Fernando Pessoa

O segmento grifado acima expressa, de acordo com o contexto, uma

(A) explicação.

(B) finalidade.

(C) oposição.

(D) restrição.

(E) condição.

<u>Atenção</u>: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Quase metade da Amazônia no país é área de preservação

Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação, ainda que essas reservas continuem sofrendo com gestão precária e com a falta de pessoal para monitorá-las. Essa dicotomia entre copo meio cheio e meio vazio talvez seja a principal mensagem de um dos mais abrangentes relatórios sobre as áreas protegidas amazônicas, que acaba de ser publicado pelo ISA (Instituto Socioambiental) e pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Somando terras indígenas e os dois principais tipos de unidades de conservação (as de proteção integral, cujo nome já diz tudo, e as de uso sustentável, nas quais é possível a extração controlada de madeira, por exemplo), 43,9% do território amazônico está protegido. É pouco mais do que um quarto de todas as terras do Brasil. E, no caso de alguns Estados, a proporção é ainda mais expressiva: Amapá, Roraima, Pará e Amazonas possuem mais da metade de seu território nessa categoria.

A inclusão das terras indígenas na conta faz muito sentido, embora os povos que habitam tradicionalmente essas áreas tenham o direito de caçar e pescar nelas, por exemplo. Vários levantamentos apontam que formalizar a posse de certas áreas por seus habitantes nativos é uma excelente maneira de evitar o desmatamento nelas. E, de fato, a taxa de desmate de 1998 a 2009 é a menor nas terras indígenas: cerca de 1,5% da área. Em unidades de conservação integral, como parques nacionais, esse número no mesmo período foi de 2,1%. Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho para o número total de áreas protegidas na Amazônia.

(Adaptado de Reinaldo José Lopes. **Folha de S.Paulo**, 23/04/2011, http://**www1.folha.uol.com.br**/fsp/ciencia/fe2304201101.htm)

9. De acordo com o texto, a *inclusão das terras indígenas na conta* com que se procura calcular a porcentagem de proteção do território amazônico justifica-se por

(A) serem os seus tradicionais habitantes os grandes beneficiários da preservação de suas terras.

(B) terem os povos que tradicionalmente as habitam o direito de caçar e pescar.

(C) ser a formalização de sua posse a única maneira de assegurar a proibição do desmatamento.

(D) ser a área de desmate ainda menor nelas do que nas áreas de conservação integral.

(E) haver nelas controle de extração da madeira.

10. A expressão *dicotomia entre copo meio cheio e meio vazio* alude, no contexto, ao fato

(A) positivo de grande parte da Amazônia ser protegida por lei e ao aspecto negativo da limitada efetividade dessa proteção.

(B) de que, enquanto metade da Amazônia encontra-se protegida por lei, a outra metade permanece sem qualquer tipo de proteção.

(C) de a Amazônia contar atualmente com apenas cinquenta por cento do quadro de pessoal que seria necessário para monitorá-la.

(D) negativo das limitações da gestão das reservas e do número de funcionários, e positivo por conta das expectativas geradas pela elaboração do relatório.

(E) de que as áreas de conservação e as de proteção integral são divididas mais ou menos em cinquenta por cento para cada tipo.

---

11. *A inclusão das terras indígenas na conta faz muito sentido, embora os povos que habitam tradicionalmente essas áreas tenham o direito de caçar e pescar nelas, por exemplo.*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) *Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida*...

(B) *Em unidades de conservação integral, como parques nacionais, esse número no mesmo período foi de 2,1%.*

(C) *Vários levantamentos apontam que*...

(D) *Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho*....

(E) *Essa dicotomia entre copo meio cheio e meio vazio talvez seja a principal mensagem*...

---

12. *Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação, ainda que essas reservas continuem sofrendo com gestão precária e com a falta de pessoal para monitorá-las.*

O segmento grifado na frase acima pode ser substituído corretamente, sem alteração do sentido, por:

(A) embora essas reservas continuam sofrendo.

(B) conquanto que essas reservas continuem sofrendo.

(C) apesar de que essas reservas continuam sofrendo.

(D) mesmo que essas reservas continuassem sofrendo.

(E) porquanto essas reservas continuem sofrendo.

---

13. ... *43,9% do território amazônico está protegido.*

O elemento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento grifado exerce em:

(A) ... *Amapá, Roraima, Pará e Amazonas possuem mais da metade de seu território nessa categoria.*

(B) *E, de fato, a taxa de desmate de 1998 a 2009 é a menor nas terras indígenas*...

(C) *Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho para o número total de áreas protegidas na Amazônia.*

(D) ... *nas quais é possível a extração controlada de madeira, por exemplo*...

(E) *Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação*...

---

14. ... *Amapá, Roraima, Pará e Amazonas possuem mais da metade de seu território nessa categoria.*

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

(A) *Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho para o número total de áreas protegidas*...

(B) ... *cujo nome já diz tudo*...

(C) ... *esse número no mesmo período foi de 2,1%.*

(D) *Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação* ...

(E) *É pouco mais do que um quarto de todas as terras do Brasil.*

---

15. Sobre a pontuação empregada em um segmento do texto, é correto afirmar:

(A) Em *um dos mais abrangentes relatórios sobre as áreas protegidas amazônicas, que acaba de ser publicado pelo ISA (Instituto Socioambiental) e pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)*, no primeiro parágrafo, a vírgula poderia ser substituída por dois-pontos, sem prejuízo para a correção.

(B) Em *Vários levantamentos apontam que formalizar a posse de certas áreas por seus habitantes nativos é uma excelente maneira de evitar o desmatamento nelas* (3º parágrafo), uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de *apontam*, sem prejuízo para a correção.

(C) O segmento isolado por parênteses no início do segundo parágrafo – *as de proteção integral, cujo nome já diz tudo, e as de uso sustentável, nas quais é possível a extração controlada de madeira, por exemplo* – constitui uma ressalva ao que se afirma.

(D) Em *E, de fato, a taxa de desmate de 1998 a 2009 é a menor nas terras indígenas: cerca de 1,5% da área* (3º parágrafo), os dois-pontos introduzem uma especificação do que se acabou de afirmar.

(E) No segmento *as de proteção integral, cujo nome já diz tudo* (2º parágrafo), a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo para a correção e o sentido originais.

Matemática e Raciocínio Lógico

16. Do salário mensal de Miguel, 10% são gastos com impostos, 15% com moradia, 25% com transporte e alimentação e 10% com seu plano de saúde. Daquilo que resta, $\frac{3}{8}$ são usados para pagar a mensalidade de sua faculdade, sobrando ainda R$ 900,00 para o seu lazer e outras despesas. O gasto mensal de Miguel com moradia, em reais, é igual a

(A) 210,00

(B) 360,00

(C) 450,00

(D) 540,00

(E) 720,00

---

17. Para resolver um problema de Geometria, cuja pergunta era a distância entre os pontos A e C, Paula calculou as medidas dos segmentos $\overline{AB}$ e $\overline{BC}$, obtendo, respectivamente, $\sqrt{50}$ cm e $\sqrt{98}$ cm. Como o ponto B pertencia ao segmento $\overline{AC}$, para chegar à resposta, Paula só precisou simplificar e somar as duas medidas já calculadas, tendo obtido como resultado

(A) $\sqrt{148}$ cm

(B) $4\sqrt{5}$ cm

(C) $8\sqrt{5}$ cm

(D) $6\sqrt{2}$ cm

(E) $12\sqrt{2}$ cm

---

18. Uma empresa que trabalha com enormes quantidades de documentos confidenciais adquiriu 11 máquinas fragmentadoras de papel, dividindo-as entre suas duas filiais. Todas as máquinas são capazes de triturar a mesma quantidade de papel por hora. Na filial de São Paulo, operando com a máxima capacidade, as máquinas lá entregues trituraram 1.400 kg de papel em 4 horas. Já as máquinas da filial do Rio de Janeiro, também operando com a máxima capacidade, trituraram 500 kg de papel em 2 horas e meia. A quantidade de máquinas que foram enviadas para a filial de São Paulo é igual a

(A) 5

(B) 6

(C) 7

(D) 8

(E) 9

---

19. Uma pessoa construiu um dado de seis faces e marcou, em cada face, um número diferente, escolhido dentre os inteiros de 1 a 9. A soma dos números marcados em duas faces opostas quaisquer do dado é sempre um número ímpar maior do que 6 e menor do que 10. Quando o dado é colocado na posição mostrada na figura abaixo, apenas três de suas faces ficam visíveis.

A soma dos números marcados nas faces que não estão visíveis na figura é igual a

(A) 17

(B) 19

(C) 11

(D) 13

(E) 15

---

20. O contrato de trabalho de uma enfermeira prevê que, por semana, ela trabalhe seis dias e tenha um dia de folga. A cada semana, porém, o dia de folga muda, sendo 2ª feira na primeira semana, 3ª feira na segunda, 4ª feira na terceira e assim por diante, até que na sétima semana a folga ocorra no domingo. A partir da oitava semana, o ciclo recomeça. Se essa enfermeira teve folga em um sábado, dia 1º de março, então a próxima folga que ela terá em um sábado será no mês de

(A) março.

(B) abril.

(C) maio.

(D) junho.

(E) julho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. O Ministério Público

(A) possui, dentre seus princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional.

(B) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

(C) é uma instituição permanente, sendo garantida aos seus membros a vitaliciedade somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

(D) é uma instituição permanente, sendo garantida aos seus membros a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Colégio de Procuradores, pelo voto de um terço de seus membros, assegurada ampla defesa.

(E) é essencial à função jurisdicional do Estado, sendo que o ingresso em sua carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica.

22. Considere as situações hipotéticas abaixo.

I. Mariana é Vice-Presidente da República.

II. Camila é Ministra do Supremo Tribunal Federal.

III. Gilda é Presidente da Câmara dos Deputados.

IV. Fernanda é Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

V. Carolina é Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, são privativos de brasileiro nato os cargos ocupados APENAS por

(A) Mariana e Gilda.
(B) Mariana, Camila, Fernanda e Carolina.
(C) Camila, Fernanda e Carolina.
(D) Mariana, Camila e Gilda.
(E) Mariana e Camila.

23. As amigas Helena com 33 anos de idade, Sofia com 39 anos de idade, Sara com 66 anos de idade e Débora com 62 anos são advogadas renomadas, de notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal brasileira, poderão ser escolhidas para compor o Supremo Tribunal Federal APENAS

(A) Sofia e Débora.
(B) Sofia e Sara.
(C) Débora e Helena.
(D) Helena e Sofia.
(E) Sara e Débora.

24. O Superior Tribunal de Justiça

(A) terá aprovada a escolha de seus Ministros pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

(B) terá os seus Ministros nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(C) será composto de, no mínimo, trinta e três Ministros.

(D) possui competência para processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República.

(E) possui competência para processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Vice-Presidente da República.

25. O Município "1" possui 10.000 habitantes; o Município "2" possui 20.000 habitantes; o Município "3" possui 14.000 habitantes; e o Município "4" possui 25.000 habitantes. De acordo com a Constituição Federal brasileira, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 11 Vereadores APENAS para

(A) os Municípios "2" e "4".
(B) os Municípios "1" e "3".
(C) os Municípios "1", "2" e "3".
(D) o Município "4".
(E) o Município "1".

26. Eulina, nascida em 18 de novembro de 2011 no Brasil, é filha de cidadão espanhol e de cidadã croata que estavam passando suas férias em passeio turístico no Piauí. Carmem, nascida em 22 de fevereiro de 2012 na Grécia, é filha de cidadãos brasileiros que estavam a serviço da República Federativa do Brasil no mencionado país. Neste caso,

(A) apenas Carmem é brasileira nata.

(B) Eulina e Carmem podem se tornar brasileiras naturalizadas, se preencherem os requisitos constitucionais.

(C) apenas Eulina é brasileira nata.

(D) Eulina e Carmem são brasileiras natas.

(E) Eulina e Carmem são brasileiras naturalizadas independentemente do preenchimento de qualquer requisito.

Direito Administrativo

27. Considere as assertivas abaixo atinentes às licitações.

I. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

II. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, ainda que, inquestionavelmente, a alteração não afete a formulação das propostas.

III. É permitida a combinação das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993.

IV. Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I e IV.
(C) I e II.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.

28. A Administração Pública pretende extinguir ato administrativo que contém vício de legalidade. Nesse caso, a Administração

(A) deverá utilizar-se do instituto da revogação dos atos administrativos, de modo a retirá-lo do mundo jurídico.

(B) deverá socorrer-se do Poder Judiciário para extinguir o ato administrativo.

(C) extinguirá o ato administrativo, com efeitos, em regra, *ex nunc*.

(D) deverá, obrigatoriamente, em qualquer hipótese de vício de legalidade, manter o ato administrativo, corrigindo-se o vício existente.

(E) anulará o ato administrativo.

29. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, é INCORRETO afirmar que os contratos administrativos

(A) regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não lhes aplicando, nem mesmo supletivamente, disposições de direito privado.

(B) devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

(C) têm como cláusula necessária, dentre outras, a que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.

(D) podem ser modificados, unilateralmente, pela Administração Pública para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

(E) quando decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

30. O Prefeito de determinado Município, a fim de realizar promoção pessoal, utilizou-se de símbolo e de *slogan* que mencionam o seu sobrenome na publicidade institucional do Município. A utilização de publicidade governamental para promoção pessoal de agente público viola o disposto no artigo 37, § 1º, da Constituição Federal, ora transcrito: *"A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".*

O fato narrado constitui violação ao seguinte princípio da Administração Pública, dentre outros:

(A) Eficiência.
(B) Publicidade.
(C) Razoabilidade.
(D) Impessoalidade.
(E) Supremacia do Interesse Particular sobre o Público.

31. Determinado órgão público, utilizando-se do poder hierárquico, avocou atribuições de seu órgão subordinado, atribuições estas de competência exclusiva deste último. A avocação, no caso narrado,

(A) não é possível, uma vez que ela não é consequência do poder hierárquico.

(B) não é possível, tendo em vista que se tratam de atribuições de competência exclusiva do órgão subordinado.

(C) é possível, todavia, é decorrência do poder disciplinar e não hierárquico da Administração Pública.

(D) é possível, ou seja, válida para qualquer tipo de atribuição, sendo prática corriqueira da Administração Pública no uso de seu poder hierárquico.

(E) não é possível quanto aos órgãos públicos, por isso não poderia ter sido realizada, ao contrário do que narrou o enunciado.

32. NÃO constitui exemplo de ato administrativo negocial:

(A) Autorização.
(B) Licença.
(C) Certidão.
(D) Permissão.
(E) Aprovação.

33. A Administração Pública, ao promover avaliação de desempenho de determinado servidor público civil efetivo, assim o fez motivadamente. Dessa forma, constatou-se através da pontuação conferida ao servidor, por ocasião da avaliação, que os quesitos produtividade e assiduidade foram afetados por licenças, que não ultrapassaram o prazo de vinte e quatro meses, para tratamento da própria saúde utilizadas pelo servidor. No entanto, faz-se necessário esclarecer que a lei aplicável considera o afastamento do servidor civil em virtude de licença para tratamento da própria saúde como sendo de efetivo exercício.

O ato administrativo de avaliação de desempenho, narrado na hipótese, é

(A) nulo, por conter vício de forma.

(B) válido, por decorrer de poder discricionário da Administração Pública.

(C) nulo, por conter vício de objeto.

(D) válido, por decorrer do princípio da supremacia do interesse público.

(E) nulo, por conter vício de motivo.

34. Considere as assertivas abaixo.

I. Pode ser utilizada para licitações internacionais, desde que respeitados os limites de valores previstos na Lei nº 8.666/93, e desde que o órgão ou entidade disponha de cadastro internacional de fornecedores.

II. Podem participar do certame aqueles que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

III. Pode ser utilizada para os casos em que couber convite.

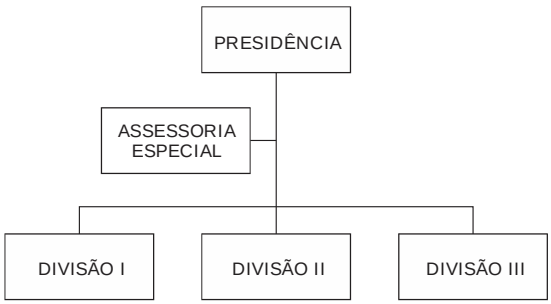
IV. Aplica-se para obras de engenharia, cujo valor ultrapasse R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Conforme a Lei nº 8.666/1993, no que concerne à licitação, na modalidade tomada de preços, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) II, III e IV.
(C) I, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) IV.

Administração Geral

35. Considere o organograma abaixo.



É do tipo

(A) Matricial.
(B) Em Rede.
(C) Linha/*Staff.*
(D) Militar.
(E) Plana.

36. O planejamento almeja desenvolver planos para os objetivos pré-determinados. Há três principais dimensões de planejamento em níveis diferentes da organização. Os administradores no nível superior de qualquer organização ou órgão público, têm de enfrentar um sem-número de problemas de relacionamento com o ambiente onde ele atua ou ainda problemas interdepartamentais, como a alocação de recursos, ou seja, quem ganha o quê. Eles trabalham com um alto grau de incerteza e complexidade e contam com o planejamento

(A) Operacional.
(B) Tático.
(C) Estratégico.
(D) Financeiro.
(E) Econômico.

37. O controle que se preocupa com a empresa, organização ou órgão público no passado é chamado de

(A) Prévio.
(B) Simultâneo.
(C) Intermediário.
(D) *Feedback.*
(E) Monitoria.

38. As habilidades humanas relacionadas ao envio e recebimento de informações, pensamentos, sentimentos e atitudes são de

(A) comunicação.
(B) pensamento crítico.
(C) controle.
(D) avaliação de desempenho.
(E) planejamento.

39. Maslow estabeleceu sua teoria baseada na afirmação de que os indivíduos se comportam no sentido de suprir as suas necessidades mais imediatas. As necessidades que surgem no comportamento humano quando outras estiverem satisfeitas, são aquelas relacionadas à participação em grupos, aceitação por parte dos companheiros, amizade, afeto, amor etc. Dá-se a estas necessidades o nome de

(A) fisiológicas.
(B) sociais.
(C) segurança.
(D) estima.
(E) autorrealização.

40. Paul Hersey e Kenneth Blanchard desenvolveram um modelo de liderança contingencial baseado no ciclo de vida, cuja proposta de estilo eficaz é baseada na maturidade dos subordinados de trabalho. O conceito de maturidade inclui duas dimensões: a de trabalho (capacidade) e a psicológica (disposição). Os estilos de liderança têm relação com o grau de maturidade dos subordinados. Cada estilo é caracterizado por palavras-chave. Para maturidade baixa dos subordinados a palavra-chave é

(A) Persuadir.
(B) Compartilhar.
(C) Delegar.
(D) Interagir.
(E) Determinar.

41. Para o atendimento ao público ser considerado ideal ou próximo ao ideal, existem regras, que inclusive no caso brasileiro, têm Decreto e Lei regularizando ou estabelecendo regras mínimas.

Um atendente deve estar à disposição do consumidor em até

(A) 180 segundos, obrigatoriamente.
(B) 90 segundos, obrigatoriamente.
(C) 90 segundos, se ele assim solicitar.
(D) 60 segundos, obrigatoriamente.
(E) 60 segundos, se ele assim solicitar.

42. Em atividades de Organização e Métodos, há instrumentos que possibilitam o cumprimento de uma boa análise organizacional. O instrumento que pode alcançar um universo muito maior e com um grau de estímulo aplicado a todos os respondentes é

(A) a entrevista.
(B) a observação.
(C) o questionário.
(D) a simulação.
(E) o imaginário.

Legislação Aplicada ao Ministério Público do Estado do Amapá

43. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), no que concerne às garantias, prerrogativas e direitos dos membros do Ministério Público, é INCORRETO afirmar que

(A) o membro do Ministério Público que, em virtude de remoção por permuta, passar a ter exercício em nova sede, ali passando a residir em caráter permanente, terá direito, a título de ajuda de custo para compensar as despesas de sua instalação, ao equivalente a trinta diárias integrais.

(B) os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente de dez por cento de uma para outra entrância, ou de entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

(C) nenhum membro do Ministério Público poderá ser afastado do desempenho de suas atribuições nos procedimentos em que oficie ou deva oficiar, exceto por motivo de interesse público, ou por impedimento decorrente de férias, licenças ou afastamento.

(D) o membro do Ministério Público, cuja comarca ou vara for extinta, sem a correspondente extinção do cargo, permanecerá com os seus vencimentos integrais, sendo obrigatório o seu aproveitamento em vaga existente ou na primeira que ocorrer, em igual entrância.

(E) quando no curso de investigação houver indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

44. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), o membro do Ministério Público NÃO poderá afastar-se do cargo para

(A) exercer cargo eletivo ou a ele concorrer nos termos da Constituição e legislação específica.

(B) exercer o cargo de Secretário de Estado.

(C) exercer o cargo de Secretário Municipal de Macapá.

(D) exercer o cargo de Presidente de autarquia estadual.

(E) chefia de Missão Diplomática.

45. De acordo com a Lei Complementar nº 0047/2008, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Ministério Público do Estado do Amapá, faz parte da composição do Departamento de Apoio Administrativo,

(A) o Gabinete Militar.

(B) a Comissão Permanente de Licitação.

(C) a Divisão de Material e Patrimônio.

(D) o Cerimonial.

(E) o Centro de Apoio Operacional.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 0046/2008, que dispõe sobre o Plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores efetivos, bem como dos cargos comissionados do Ministério Público do Estado do Amapá, a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente pelo órgão, na forma prevista em regulamento, denomina-se

(A) progressão funcional.

(B) promoção.

(C) mudança de cargo.

(D) remoção.

(E) readaptação.

47. De acordo com a Lei nº 0066/1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, quanto à posse e ao exercício, é correto afirmar que

(A) a deficiência física, comprovadamente estacionária, impedirá a posse, mesmo que não obste o desempenho normal das atribuições do cargo.

(B) a posse ocorrerá no prazo de noventa dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais noventa dias a requerimento do interessado.

(C) não haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

(D) o prazo para ocorrer a posse será contado do ato de provimento ainda que o servidor esteja em licença ou afastamento por outro motivo legal.

(E) o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado do cargo.

48. Considere:

I. Expor aos chefes as dúvidas e dificuldades que encontrar no exame dos documentos e papéis sujeitos ao seu estudo.

II. Atender, com preterição de qualquer outro serviço, às requisições para defesa da Fazenda Pública.

III. Recusar fé a documentos públicos.

IV. Atender, com preterição de qualquer outro serviço, ao público em geral.

De acordo com a Lei nº 0066/93, inclui-se dentre os deveres dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá os atos indicados APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I e II.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

49. De acordo com a Lei nº 0066/93, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, o processo disciplinar será conduzido por comissão

(A) composta de dez servidores estáveis, designados pela autoridade competente, os quais escolherão, dentre eles o seu presidente.

(B) da qual poderá participar parente do acusado, afim, na linha colateral, em terceiro grau.

(C) que deverá concluí-lo no prazo máximo de trinta dias, não sendo admitida prorrogação.

(D) que, sempre que necessário, dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

(E) cujas reuniões e audiências serão sempre públicas, sem caráter reservado.

50. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994), inclui-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, a de

(A) praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório.

(B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

(C) interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

(D) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processos em que oficie.

(E) requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou outro procedimento administrativo cabível.